



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado
Especialidade Contadoria

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AC', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Nesta prova, considera-se uso correto da língua portuguesa o que está em conformidade com o padrão culto escrito.

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, considere o texto abaixo.

Assim como os antigos moralistas escreviam máximas, deu-me vontade de escrever o que se poderia chamar de mínimas, ou seja, alguma coisa que, ajustada às limitações do meu engenho, traduzisse um tipo de experiência vivida, que não chega a alcançar a sabedoria mas que, de qualquer modo, é resultado de viver.

Andei reunindo pedacinhos de papel em que estas anotações vadias foram feitas e ofereço-as ao leitor, sem que pretenda convencê-lo do que penso nem convidá-lo a repensar suas ideias. São palavras que, de modo canhestro, aspiram a enveredar pelo avesso das coisas, admitindo-se que elas tenham um avesso, nem sempre perceptível mas às vezes curioso ou surpreendente.

C.D.A.

(Carlos Drummond de Andrade. **O avesso das coisas** [aforismos]. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 3)

1. Nas palavras que prefaciam sua obra, Carlos Drummond
 - (A) compara-se aos antigos moralistas por também preconizar, em seus escritos, normas de comportamento.
 - (B) desqualifica a produção de antigos moralistas ao chamar de “mínimas” o que eles denominavam “máximas”.
 - (C) assume, bem humorado, não ter a sabedoria de traduzir em palavras a sua experiência, que, em si, gera conhecimento elevado.
 - (D) deixa entrever seu entendimento de que qualquer vivência produz justo conhecimento, até as tímidas ou desajeitadas, até as não convencionais.
 - (E) defende a exploração de ângulos obscuros da vida, lugar em que, de modo secreto, se agasalham as verdades que constituem a legítima sabedoria.

2. Está traduzida corretamente a seguinte expressão do texto:
 - (A) *os antigos moralistas escreviam máximas* / os filósofos da Antiguidade compunham poemas didáticos.
 - (B) *alguma coisa que, ajustada às limitações do meu engenho* / algo que se ajustasse exclusivamente à minha capacidade criativa.
 - (C) *em que estas anotações vadias foram feitas* / nos quais estes breves e casuais escritos foram registrados.
 - (D) *sem que pretenda convencê-lo do que penso* / negando que ele aceite meus pensamentos.
 - (E) *São palavras que [...] aspiram a enveredar pelo avesso das coisas* / são termos que concretizam o desejo de desnudar só o lado nocivo das coisas.

3. Sobre o que se tem no texto, afirma-se com correção:
 - (A) o emprego de *Andei* colabora para que se imprima à frase um aspecto durativo, tal como ocorre em “Anda a reclamar de tudo, depois que ele viajou”.
 - (B) a expressão *ou seja* introduz explicação acerca do que seria a *vontade de escrever*.
 - (C) o segmento *o que se poderia chamar de mínimas* expressa possibilidade bastante improvável, dado o caráter aleatório do nome proposto.
 - (D) se a expressão *pedacinhos de papel* fosse substituída por uma única palavra, estaria correto o emprego de “papelzinhos”.
 - (E) reorganizando a frase *ajustada às limitações do meu engenho*, ela estaria correta assim “ajustada à mim, se for levado em conta as limitações do meu engenho”.



4. ... que não chega a alcançar a sabedoria mas que, de qualquer modo, é resultado de viver.

Iniciando o segmento acima com “que, de qualquer modo, é resultado de viver”, a sequência que preserva o sentido original e a correção é:

- (A) porém não chega a alcançar a sabedoria.
- (B) ainda que não chegue a alcançar a sabedoria.
- (C) e não chega assim a alcançar a sabedoria.
- (D) considerando que não chega a alcançar a sabedoria.
- (E) sendo o caso que não chegue a alcançar a sabedoria.

5. ...em que estas anotações vadias foram feitas...

Observando o contexto em que a frase acima foi empregada, a sua transposição para a voz ativa produz corretamente a seguinte forma verbal:

- (A) fizeram-se.
- (B) tinha feito.
- (C) fiz.
- (D) faziam.
- (E) poderia fazer.

6. ...admitindo-se que elas tenham um avesso...

Respeitando a situação em que foi empregada a frase acima, a ÚNICA reformulação INCORRETA para o segmento destacado é:

- (A) no caso de se admitir que.
- (B) caso se admita que.
- (C) tomando-se como pressuposto que.
- (D) visto que é patente que.
- (E) aceitando como hipótese que.

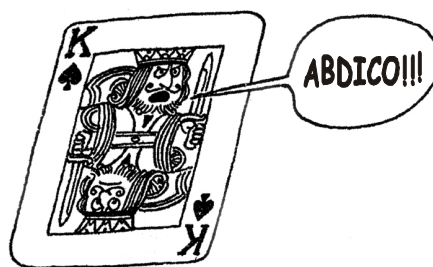
Atenção: As composições a seguir estão entre as “anotações” de Carlos Drummond de Andrade na mesma obra de que se extraiu o texto anterior. Considera-as para responder às questões de números 7 e 8.

Rei

O rei nunca está nu no banho;
cobre-se de adjetivos.

*

Ao tornar-se carta de baralho, e não o baralho inteiro,
o rei propicia o advento da República.



(Carlos Drummond de Andrade. **O avesso das coisas** [aforismos]. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 193)

7. Sobre as composições acima, é plausível a seguinte interpretação:

- (A) a palavra *Rei*, que significa “chefe de Estado investido de realeza; príncipe soberano de um reino; monarca”, sinaliza que as sentenças do autor, exclusivamente de sentido literal, expressam pensamentos restritos a esse tipo de soberano.
- (B) o emprego de *cobre-se* impõe o entendimento de que o rei é sempre o agente da ação em que está envolvido, cabendo à corte contemplá-lo, inclusive na intimidade.
- (C) a palavra *adjetivos* remete às qualificações elogiosas que revestem a figura dos que detêm o poder, sugerindo tanto que o poderoso se afasta de sua real natureza, quanto a prática da bajulação.
- (D) a consideração da *carta de baralho*, em oposição ao *baralho inteiro*, conduz ao entendimento de que a renúncia à realeza é encarada como a perda máxima da dignidade.
- (E) a frase *o rei propicia o advento da República* é de teor hipotético, equivalendo a forma verbal a “propiciaria”, visto que *Ao tornar-se* corresponde a “Caso se tornasse”.



8. Contribuem para que as “anotações” de Carlos Drummond enunciem observação de valor geral o emprego
- (A) do presente do indicativo e dos artigos “o” e “a”.
 - (B) dos artigos “o” e “a” e do plural, em *adjetivos*.
 - (C) do plural, em *adjetivos*, e do mesmo título para duas distintas composições.
 - (D) do mesmo título para duas distintas composições e da formulação breve – duas pequenas linhas em cada composição.
 - (E) da formulação breve – duas pequenas linhas em cada composição – e do plural, em *adjetivos*.

Atenção: Para responder às questões de números 9 a 13, considere o texto abaixo.

A aproximação das duas Américas

- 1 *Ufano-me de falar nesta instituição, digna da cidade que, pelo seu crescimento gigantesco, vem assombrando o mundo como a mais avançada de todas as estações experimentais de americanização. Em Chicago, melhor do que em qualquer outro ponto, pode-se acompanhar o processo sumário que usais para conseguir, de plantas alienígenas, ao fim de curto estágio de aclimação, frutos genuinamente americanos. Aqui estamos em frente de uma das cancelas do mundo, por onde*
- 5 *vêm entrando novas concepções sociais, novas formas de vida e que é uma das fontes da civilização moderna. O tributo à ciência do qual nasceu esta universidade foi o mais benfazejo emprego de uma fortuna dedicada à humanidade. Aumentar a velocidade com que cresce a ciência é de longe o maior serviço que se poderia prestar à raça humana. A própria religião não teria o poder de trazer à terra o reino de Deus sem o auxílio da ciência, na época de progresso que se anuncia e de que não podemos ainda fazer ideia. Aumentando o número de homens capazes de manejar os delicados instrumentos da ciência, de*
- 10 *compreender-lhes as várias linguagens e de aproveitar-lhes os mais altos sentidos, as universidades trabalham mais depressa que qualquer outro fator para esse dia de adiantados conhecimentos que, no futuro, hão de transformar por completo a condição humana.*

(Conferência pronunciada por Joaquim Nabuco a 28 de agosto de 1908 na Universidade de Chicago. **Essencial Joaquim Nabuco.** Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2010, p. 548)

9. Em seu discurso, Joaquim Nabuco
- (A) dá sequência à ideia inicial – *Ufano-me de falar nesta instituição* – pela minuciosa descrição dos sentimentos que o consternam naquele momento.
 - (B) ressalta os aspectos que, segundo seu julgamento, motivam o fato de Chicago, naquele momento, vir *assombrando o mundo*.
 - (C) faz um enérgico tributo à ciência, objeto principal de suas considerações, sem conseguir disfarçar certo ressentimento de americano do sul.
 - (D) atribui à religião o adequado encaminhamento da ciência, de que resultam as propícias possibilidades deste campo de conhecimento.
 - (E) expressa temor pelos futuros aspectos negativos do progresso, de que dependeriam as transformações da condição humana.
10. Na organização do texto, é apresentado como **causa** o seguinte segmento:
- (A) (linha 1) *pelo seu crescimento gigantesco*.
 - (B) (linha 1) *vem assombrando o mundo*.
 - (C) (linha 3) *pode-se acompanhar o processo sumário*.
 - (D) (linha 4) *Aqui estamos em frente de uma das cancelas do mundo*.
 - (E) (linhas 4 e 5) *por onde vêm entrando novas concepções sociais*.



11. O autor, ao empregar o segmento
- (A) às estações experimentais de americanização, revela entender que o norte-americano, à época, ainda não tinha desenvolvido o sentimento de nacionalidade.
 - (B) melhor do que em qualquer outro ponto, nega a possibilidade de que haja mais de uma estação americana em que se produzam frutos genuinamente nacionais.
 - (C) pode-se acompanhar o processo sumário, insinua crítica ao processo citado, por não respeitar o necessário protocolo.
 - (D) para conseguir, de plantas alienígenas, ao fim de curto estágio de aclimação, frutos genuinamente americanos, exemplifica o que concebe por americanização.
 - (E) estamos em frente de uma das cancelas do mundo, advoga para Chicago a legítima autoridade para acatar ou condenar uma conquista científica americana.
-
12. Sobre o que se tem no texto, afirma-se com correção:
- (A) (linha 7) O emprego de *própria* torna mais decisivo o argumento a favor do auxílio prestado pela ciência.
 - (B) (linhas 8 e 9) Em *de que não podemos ainda fazer ideia*, o termo destacado equivale a “ao menos”, tal como se nota em “Ainda se aceitassem me receber, poderia justificar-me”.
 - (C) (linha 9) É aceitável o entendimento de que *Aumentando* equivale a “Se aumentassem”.
 - (D) (linhas 9 e 10) Em *de compreender-lhes as várias linguagens*, o pronome remete a *homens capazes*.
 - (E) (linha 11) O segmento *qualquer outro fator* é legitimado pelo padrão culto escrito, como também o é a seguinte estrutura: “quaisquer que seja os fatores”.
-
13. Em Chicago, melhor do que em qualquer outro ponto, pode-se acompanhar o processo sumário que usais para conseguir, de plantas alienígenas, ao fim de curto estágio de aclimação, frutos genuinamente americanos.
- Na frase acima,
- (A) um deslocamento que alteraria substancialmente o sentido original seria este: “Melhor do que em qualquer outro ponto, pode-se acompanhar, em Chicago...”
 - (B) o emprego da forma verbal *usais* confirma que, em seu discurso, Joaquim Nabuco dirige-se ao interlocutor com o pronome de tratamento “Vossa Excelência”.
 - (C) o segmento *para conseguir* estaria corretamente substituído por “para que seja conseguido”.
 - (D) a preposição *de*, em *de plantas alienígenas*, expressa ideia de procedência.
 - (E) substituindo *ao fim de curto estágio de aclimação* por “finalizando a fase probatória da aclimação”, a correção e o sentido originais estariam preservados.
-
14. Dentre as frases abaixo, a única clara e correta é:
- (A) Ao promover e colaborar com a compreensão desses problemas associados a aspectos tanto étnico quanto sociais, de cujo enfrentamento tanto se depende, ele fica feliz.
 - (B) É ele quem responde pela mediação e interlocução de sua comunidade com os agentes públicos, e isso parece ser um alento para voltarem acreditar numa utopia.
 - (C) Sempre foi excessiva a dor associada às minhas dificuldades, mas, com o amadurecimento intelectual e o trabalho como educador, fez-me ver que isso só me fortaleceu.
 - (D) Daqui a pouco deve haver nova onda de ataques, como se anunciou, desencadeado pelos grupos mais radicais, que espontaneamente assumiram o iminente litígio.
 - (E) Os extratos das suas contas-correntes comprovam como são exíguos os recursos de que dispõe, prova incontestemente de que dilapidou sua herança, em total menosprezo àqueles que o criaram.



15. Está redigida de modo claro e em conformidade com o padrão culto escrito a seguinte frase:
- (A) Idôneo, com extraordinário senso de medida, e sempre atuando com discrição, era o mais cotado para ascender ao cargo a cuja disputa ninguém jamais se furtava.
 - (B) Quem quizesse afagar o ego do velho casmurro, lhe bastava oferecer dois dedos de prosa e toda a paciência para ouvir-lhe em suas detalhadas lembranças do tempo da guerra.
 - (C) A estrutura do setor de compras possui aspectos que sem dúvida, faz o funcionário perder-se ao fazer os lançamentos, deixando para a chefia que o façam.
 - (D) Todos devem ter o direito da integração cultural, o que depende, em última instância, dos que tomam decisões respeitarem o princípio universal da igualdade de oportunidades.
 - (E) Surpreende a proposta feita anteontem, na diretoria pela secretária geral, segundo a qual, porque não provemos o depósito de material de limpeza, tenhamos de providenciá-lo a nossas próprias expensas.

Noções de Informática

16. Dados distribuídos na internet, frequentemente no formato RSS, em formas de comunicação com conteúdo constantemente atualizado, como sites de notícias ou blogs. Trata-se de
- (A) *hyperlinks*.
 - (B) *ripertextos*.
 - (C) *web Feed*.
 - (D) *web designer*.
 - (E) canal aberto.

17. Nas configurações de conta do Google, NÃO se trata de um item das preferências globais:
- (A) janela de resultados.
 - (B) local.
 - (C) idioma de pesquisa.
 - (D) idioma da interface.
 - (E) em cache.

18. Dispositivo que tem por objetivo aplicar uma política de segurança a um determinado ponto de controle da rede de computadores de uma empresa. Sua função consiste em regular o tráfego de dados entre essa rede e a internet e impedir a transmissão e/ou recepção de acessos nocivos ou não autorizados. Trata-se de
- (A) *antivírus*.
 - (B) *firewall*.
 - (C) *mailing*.
 - (D) *spyware*.
 - (E) *adware*.

19. O *Orkut* é caracteristicamente definido como
- (A) provedor de acesso.
 - (B) lista de contatos.
 - (C) rede de segurança.
 - (D) comércio eletrônico.
 - (E) rede social.

20. *LinkedIn* é
- (A) uma rede de negócios principalmente utilizada por profissionais.
 - (B) um aplicativo de correio eletrônico pago.
 - (C) uma forma de configurar perfis no correio eletrônico do Google.
 - (D) um aplicativo antivírus de amplo uso na web.
 - (E) uma forma de conexão entre o computador pessoal e o provedor internet.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade Geral

21. A rentabilidade relativa à participação dos acionistas é dada pelo quociente resultante

- (A) do lucro retido sobre o capital realizado.
- (B) da relação entre a venda bruta e o capital social autorizado.
- (C) do lucro bruto sobre o capital de terceiros deduzido de 1 (um) inteiro.
- (D) da relação entre o patrimônio líquido e o capital de terceiros.
- (E) do lucro líquido sobre o patrimônio líquido.

22. Na análise vertical da Demonstração do Resultado de Exercício, o valor resultante da relação lucro após deduções, impostos e contribuições sobre as vendas é denominado

- (A) retorno do investimento.
- (B) margem líquida.
- (C) retorno operacional.
- (D) margem operacional.
- (E) retorno financeiro.

23. Uma operação de arrendamento mercantil efetuada no prazo de cinco anos, na qual identifica-se a transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes ao bem objeto do contrato, cuja propriedade será transferida ao arrendatário no final do contrato, deverá ser registrada

- (A) no Realizável de Longo Prazo.
- (B) em conta de Ajustes Patrimoniais.
- (C) como item do Ativo Diferido.
- (D) em conta do Imobilizado.
- (E) como uma Despesa Diferida.

24. Os direitos obtidos por uma empresa relacionados à exploração de recursos minerais são classificados, no balanço,

- (A) como item do Ativo Intangível.
- (B) em conta do Imobilizado como propriedade de terceiros.
- (C) em conta de Despesa Diferida pelos gastos de instalação.
- (D) como item de Resultado de Exercício Futuro.
- (E) obrigatoriamente, como item dedutível do Passivo assumido na concessão.

25. Em relação ao tratamento dos estoques, é correto afirmar que

- (A) todos os tipos de estoques, independentemente da forma ou uso, quando evidenciados no balanço, devem estar mensurados pelo valor realizável líquido.
- (B) aos custos dos estoques de itens que não são normalmente intercambiáveis e de bens ou serviços, produzidos e segregados para projetos específicos, devem ser atribuídos valores pelo método *Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair* (PEPS).
- (C) a prática de reduzir o valor de custo dos estoques (*write down*) para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda ou uso.
- (D) o custo dos estoques de prestador de serviços deve incluir as margens de lucro e os gastos gerais não atribuíveis que são frequentemente incluídos nos preços cobrados pelos prestadores de serviços.
- (E) o custo de aquisição dos estoques, em conformidade com o estabelecido nas normas contábeis atuais, compreende o preço de compra, os impostos de importação, os tributos, recuperáveis ou não, demais gastos atribuíveis à aquisição de produtos acabados, os materiais e serviços, os descontos comerciais, os abatimentos e outros itens semelhantes inerentes ao processo de realização.

26. Considere as afirmações a seguir:

- I. As companhias abertas estão obrigadas a apresentar, desde o exercício social de 2009, suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o padrão contábil internacional, emitido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, em substituição ao padrão contábil brasileiro.
- II. No primeiro exercício de adoção das Normas Internacionais (2009), a apresentação, para fins de comparação, das demonstrações consolidadas do exercício anterior devem ser obrigatoriamente elaboradas no padrão internacional.
- III. As companhias abertas deverão apresentar, em nota explicativa às demonstrações financeiras consolidadas, uma declaração explícita e sem reservas de que as demonstrações relativas a 2008 estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Está INCORRETO o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, somente.
- (E) II e III, somente.



<p>27. Denomina-se propriedade para investimento</p> <p>(A) o bem destinado à venda no decurso ordinário das atividades, ou em vias de construção ou desenvolvimento para tal venda.</p> <p>(B) a propriedade adquirida exclusivamente com vista à alienação subsequente, no futuro próximo, ou para desenvolvimento e revenda.</p> <p>(C) o bem em construção ou desenvolvimento por conta de terceiros.</p> <p>(D) a propriedade que é arrendada a outra entidade sob arrendamento financeiro.</p> <p>(E) o bem mantido para valorização de capital a longo prazo e não para venda a curto prazo no curso ordinário dos negócios.</p>	<p>31. Dentre as limitações inerentes dos controles internos, EXCLUÍ-SE a</p> <p>(A) possibilidade de erros e equívocos humanos.</p> <p>(B) possibilidade de conluio para contornar as normas.</p> <p>(C) burla por administradores.</p> <p>(D) falha nos sistemas de informações tecnológicas.</p> <p>(E) eficácia do desenho do processo.</p>
<p>28. A distribuição do lucro líquido é evidenciada</p> <p>(A) no Patrimônio Líquido e no Fluxo de Caixa.</p> <p>(B) na Demonstração de Lucros/Prejuízos Acumulados.</p> <p>(C) no Balanço Patrimonial.</p> <p>(D) na Demonstração do Fluxo de Caixa.</p> <p>(E) nas Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Abrangente.</p>	<p>32. Considere as assertivas a seguir:</p> <p>I. A auditoria é uma investigação oficial de suposto delito. Portanto, o auditor não recebe poderes legais específicos, tais como o poder de busca, que podem ser necessários para tal investigação.</p> <p>II. Desde que o auditor assine declaração de independência, não é mais necessário que decline de trabalhos nos quais existam, na administração da empresa auditada, parentes em nível de segundo grau.</p> <p>III. Em decorrência das limitações inerentes de uma auditoria, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis não sejam detectadas, embora a auditoria seja adequadamente planejada e executada em conformidade com as normas legais de auditoria.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em:</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) III.</p>
<p>29. O risco de auditoria é uma função dos riscos de</p> <p>(A) detecção e de controle acionário.</p> <p>(B) fraude e de formação profissional.</p> <p>(C) materialidade e de independência profissional.</p> <p>(D) julgamento e de confidencialidade.</p> <p>(E) distorção relevante e de detecção.</p>	<p>33. Leis e regulamentos reconhecidos como tendo efeito direto na determinação dos valores e divulgações relevantes nas demonstrações contábeis requerem do auditor a responsabilidade de</p> <p>(A) executar, de forma limitada, os procedimentos de auditoria especificados para ajudar a identificar não conformidades com leis e regulamentos que possam ter efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.</p> <p>(B) manifestar a necessidade de limitação do escopo de trabalho, não permitindo a emissão de relatório de auditoria, mas somente a geração de parecer circunstanciado da situação.</p> <p>(C) comunicar à administração, imediatamente, quando da constatação de não conformidades, uma vez que esta é a única responsável pela avaliação e cumprimento das normas e leis as quais a empresa esteja sujeita.</p> <p>(D) obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto à conformidade com as disposições das leis e regulamentos.</p> <p>(E) recusar a continuidade dos trabalhos, em decorrência de não ser sempre possível obter evidências suficientes das transações e dos respectivos efeitos nas demonstrações contábeis.</p>
<p>30. No processo de auditoria, para emissão de relatório, deve-se obter</p> <p>(A) documentação mínima que suporte o processo de auditoria independente, sem a necessidade de confirmação da fidedignidade dos documentos, ainda que haja indícios de fraude.</p> <p>(B) confirmação dos eventos, dentro do processo de revisão analítica, limitando-se a revisão dos documentos selecionados por amostra estatística, independentemente do nível de risco oferecido.</p> <p>(C) evidência de auditoria apropriada e suficiente para a redução do risco de auditoria a um nível aceitável baixo.</p> <p>(D) confirmação de que as demonstrações contábeis não apresentam quaisquer níveis de fraude ou erro.</p> <p>(E) confirmação do risco inerente da entidade, que é igual para todas as classes relacionadas de transações apresentadas nas demonstrações contábeis.</p>	



<p>34. NÃO é um procedimento a ser implantado para auxiliar na prevenção e detecção de não conformidades com leis e regulamentos:</p> <p>(A) Monitoramento de requisitos legais para assegurar que procedimentos operacionais sejam planejados para cumprir esses requisitos.</p> <p>(B) Instituição ou operação de sistemas apropriados de controle interno.</p> <p>(C) Contratação de serviços complementares da auditoria externa que fará auditoria das demonstrações contábeis, para validação do cumprimento das normas e leis.</p> <p>(D) Acompanhamento da conformidade do código de conduta da entidade, agindo apropriadamente para disciplinar os empregados da entidade que deixem de cumpri-lo.</p> <p>(E) Desenvolvimento, divulgação e acompanhamento de código de conduta da empresa.</p>	<p>37. O Plano Plurianual é um instrumento que expressa o planejamento para quatro anos. Assim, no âmbito federal, o projeto do Plano Plurianual será encaminhado até</p> <p>(A) quatro meses antes do encerramento do segundo exercício financeiro de mandato presidencial e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.</p> <p>(B) três meses antes do encerramento do segundo exercício financeiro de mandato presidencial e devolvido para sanção até trinta dias do encerramento da sessão legislativa.</p> <p>(C) quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro de mandato presidencial e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.</p> <p>(D) cento e oito dias antes do encerramento do primeiro exercício financeiro de mandato presidencial e devolvido para sanção até trinta dias do encerramento da sessão legislativa.</p> <p>(E) quatro meses antes do encerramento do último ano de mandato presidencial e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.</p>
<p>35. É prática ética do auditor</p> <p>(A) guardar sigilo das informações que obteve para realização da auditoria das demonstrações contábeis, dando divulgações dessas informações somente nas situações em que a lei ou as normas de auditoria permitam.</p> <p>(B) auditar empresa na qual sua prima de segundo grau é diretora financeira e administrativa, desde que declare no relatório de auditoria a existência dessa parte relacionada.</p> <p>(C) realizar auditoria de demonstrações contábeis de companhia aberta, desde que tenha no mínimo o registro no CRC, como contador.</p> <p>(D) conduzir os trabalhos de auditoria de forma a não repetir os procedimentos aplicados no ano anterior, para contas nas quais não foram encontradas irregularidades, reduzindo assim o número de contas a serem auditadas.</p> <p>(E) aviltar honorários com a justificativa de manutenção do cliente, do quadro de funcionários da firma e da sua estrutura administrativa.</p>	<p>38. O instrumento constitucional de planejamento que estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital, e outras delas decorrentes, e para os programas de duração continuada, denomina-se</p> <p>(A) Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>(B) Lei Orçamentária Anual.</p> <p>(C) Orçamento Fiscal.</p> <p>(D) Orçamento de Investimento.</p> <p>(E) Plano Plurianual.</p>
<p style="text-align: center;">Contabilidade Pública</p> <p>36. Em relação ao Princípio Orçamentário da Unidade, é correto afirmar:</p> <p>(A) Todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa, a Lei Orçamentária Anual – LOA.</p> <p>(B) A Lei Orçamentária Anual, em cada exercício financeiro, deverá conter todas as Receitas e Despesas, inclusive as extraorçamentárias.</p> <p>(C) Todas as receitas previstas e despesas fixadas, inclusive as operações de créditos por antecipação da receita, em cada exercício financeiro, devem integrar os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.</p> <p>(D) A Lei Orçamentária Anual deverá conter todas as receitas e despesas, para um período de doze meses.</p> <p>(E) A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito autorizadas em lei.</p>	<p>39. Lei de iniciativa do Poder Executivo que compreenderá, dentre outras, as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, denomina-se</p> <p>(A) Plano Plurianual.</p> <p>(B) Orçamentária Anual.</p> <p>(C) Programação de Investimentos.</p> <p>(D) Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>(E) Orçamento de Custeio e Capital.</p> <p>40. Consoante Lei Complementar nº 101/2000, a dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro somente será consignada na Lei Orçamentária desde que</p> <p>(A) esteja prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou nos créditos suplementares e especiais.</p> <p>(B) esteja prevista no Plano Plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.</p> <p>(C) conste no programa de governo, classificada em despesa de capital, e esteja prevista no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>(D) conste no Orçamento de Investimento e esteja classificada em despesa de Capital.</p> <p>(E) esteja prevista no Plano Plurianual e classificada em despesa de capital, com recursos financeiros suficientes para sua execução.</p>



41. De acordo com a Portaria nº 42/99 do Ministério do Orçamento e Gestão que atualizou a discriminação da despesa por funções, entende-se por programa

- (A) o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um planejamento. Envolve um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.
- (B) o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um planejamento. Envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.
- (C) uma partição da função governamental visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.
- (D) o instrumento de organização da ação governamental visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.
- (E) o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual.

42. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, são instrumentos de transparência da gestão fiscal:

- (A) os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) os instrumentos de planejamento: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
- (C) os Demonstrativos da execução orçamentária, compreendendo os Gastos com Educação, Pessoal, Saúde e Dívida Pública.
- (D) os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas, o respectivo parecer prévio, os demonstrativos dos limites da dívida pública e as despesas com pessoal.
- (E) os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais.

43. Dentre as vedações orçamentárias, previstas na Constituição Federal de 1988, inclui

- (A) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia indicação dos recursos financeiros suficientes ao pagamento das despesas empenhadas no exercício.
- (B) a concessão ou utilização de créditos para realização de despesas não previstas no Plano Plurianual.
- (C) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
- (D) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas sem disponibilidades financeiras para pagamento dos compromissos assumidos.
- (E) o início de programas ou projetos sem a existência de recursos financeiros para pagamento das despesas empenhadas no exercício.

44. Considere a arrecadação dos seguintes impostos (Valores em reais):

Impostos	Valor R\$
Operações relativas à circulação de mercadorias – ICMS	100
Transmissão de Bens Imóveis – ITBI	150
Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de quaisquer Bens ou Direitos – ICD	200
Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR	300
Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	450
Produtos Industrializados – IPI	500

O montante de impostos arrecadados de competência de cada ente da federação foi, em reais,

- (A) União – 800; Estado – 250 e Município – 650.
- (B) União – 750; Estado – 250 e Município – 700.
- (C) União – 950; Estado – 300 e Município – 450.
- (D) União – 800; Estado – 300 e Município – 600.
- (E) União – 650; Estado – 300 e Município – 750.

45. O saldo das disponibilidades financeiras demonstrado no balanço financeiro de determinada entidade pública, em 31.12.2009, era de R\$ 1.000,00.

Durante o exercício de 2010 foram realizadas as seguintes operações (Valores em reais):

Receitas de Impostos.....	150
Despesas de Salários.....	300
Receita da Dívida Ativa.....	100
Despesa com Aluguel.....	70
Pagamento de Caução.....	130
Receita de Operações de Crédito.....	50
Despesas empenhadas em 2010 não pagas no exercício.....	30
Abertura de Crédito Suplementar.....	40
Doação de Bens Móveis.....	20

O saldo das disponibilidades financeiras, ao final do exercício de 2010 era, em reais,

- (A) 800.
- (B) 830.
- (C) 770.
- (D) 850.
- (E) 790.



46. Durante o exercício de 2010, determinada entidade pública realizou as seguintes operações: (Valores em reais):

Cobrança de Dívida Ativa	120
Receitas de Impostos	100
Despesas com água e luz.....	50
Empréstimos obtidos de longo prazo.....	80
Despesas de Pessoal	40
Aquisição de Bens Móveis.....	150
Cancelamento de Dívidas Passivas	30
Inscrição da Dívida Ativa	50
Amortização da Dívida Fundada.....	100

De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, as mutações patrimoniais ativas e passivas são, respectivamente, em reais,

- (A) 250 e 200.
- (B) 300 e 200.
- (C) 200 e 240.
- (D) 330 e 240.
- (E) 150 e 120.

47. Consoante a Lei Federal nº 4.320/64, serão autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo os créditos

- (A) Suplementares e Extraordinários.
- (B) Especiais e Extraordinários.
- (C) Especiais e Extraorçamentários.
- (D) Suplementares e Extraorçamentários.
- (E) Suplementares e Especiais.

48. Determinada Entidade Pública no exercício de 2010 realizou os seguintes recebimentos e pagamentos: (Valores em reais):

Recebimento de Caução.....	100
Pagamento de Restos a pagar.....	50
Empréstimo obtido por Antecipação da Receita Orçamentária	150
Recebimento de Receita Tributária	200
Pagamento de Juros sobre a Dívida Longo Prazo....	70
Pagamento de Caução.....	30
Recebimento de Multas.....	20

Nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, as receitas e as despesas extraorçamentárias são, respectivamente, em reais,

- (A) 270 e 150.
- (B) 250 e 80.
- (C) 270 e 80.
- (D) 100 e 30.
- (E) 250 e 150.

49. De acordo com Plano de Contas da Administração Federal, o Ativo Circulante compreende

- (A) as disponibilidades de numerário e os investimentos realizáveis, após o término do exercício seguinte.
- (B) os bens e direitos realizáveis, bem como os investimentos de caráter não permanente.
- (C) os bens, direitos e obrigações realizáveis até o término do exercício seguinte.
- (D) as disponibilidades de numerário, bem como outros bens e direitos, pendentes ou em circulação, realizáveis até o término do exercício seguinte.
- (E) as disponibilidades de numerário, bem como os bens e direitos realizáveis a longo prazo.

50. Nos termos da Constituição Federal, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, será exercida pelo

- (A) Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, mediante auxílio do Tribunal de Contas da União, e pela Controladoria Geral da União.
- (B) Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, mediante auxílio do Tribunal de Contas da União, e pela Secretaria Federal de Controle Interno.
- (C) Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- (D) Congresso Nacional, mediante auxílio do Tribunal de Contas da União, e pela Controladoria Geral da União.
- (E) Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas da União, pelo sistema de controle interno e pelo Ministério Público.

Noções de Administração

51. Com relação à dispensa de licitação, considere as afirmativas abaixo:

- I. É dispensada a licitação para obras e serviços de engenharia de valor até 15.000 reais, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.
- II. Quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado o parágrafo único do art. 48 da Lei nº 8.666/93, e, persistindo a situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, mesmo por valor superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços.
- III. Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições pré-estabelecidas.
- IV. Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- V. Não se exige licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preço ou normalizar o abastecimento.

Está correto o que se afirma SOMENTE em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e V.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, III, IV e V.



52. Na modalidade de convite,

- (A) a licitação deve ocorrer entre interessados, cadastrados ou não, que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia posterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (B) a unidade administrativa afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados, na correspondente especialidade, que manifestarem interesse com antecedência de até 48 horas da apresentação das propostas.
- (C) a licitação passa por uma fase inicial de habilitação preliminar para que os interessados comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (D) a existência na praça de mais de três possíveis interessados, a cada novo convite, realizado para objeto idêntico ou semelhante é obrigatório o convite a, no mínimo, mais um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações.
- (E) os interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração são convidados a oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

53. A licitação na modalidade de pregão pode ser adotada

- (A) sempre que a autoridade competente não puder justificar a necessidade de contratação por outra modalidade.
- (B) sempre que a autoridade não for obrigada a divulgar com antecedência de 45 dias o edital de convocação de interessados.
- (C) para a aquisição de bens e serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- (D) exclusivamente para a aquisição de bens e serviços necessários ao atendimento dos órgãos que integram o Sistema Único de Saúde.
- (E) para a aquisição de bens e serviços cujos preços usuais no mercado não ultrapassem aqueles especificados para a modalidade de tomada de preços.

54. As cláusulas exorbitantes, previstas na Lei nº 8.666 de 1993, NÃO incluem a

- (A) possibilidade de quebra do princípio do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.
- (B) alteração unilateral dos contratos administrativos.
- (C) aplicação de penalidades em casos de não cumprimento justificado do contrato.
- (D) ocupação provisória de bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nos casos de serviços essenciais.
- (E) fiscalização da execução do contrato sem a prévia anuência do contratante.

55. Com relação à possibilidade de alteração unilateral dos contratos pela Administração Pública, considere as afirmativas abaixo:

- I. Caso seja alterada a quantidade da obrigação, não está o contratado obrigado a aceitar o acréscimo, se este ultrapassar a 15% do valor inicial atualizado do contrato.
- II. Na eventualidade de alterações quantitativas, caso tenha acréscimo no serviço, o contrato não poderá receber mais na proporção do acrescido, desrespeitando o preço contratado originalmente.
- III. As modificações qualitativas no contrato não têm proporção pré-fixada, nem precisam necessariamente respeitar a essência do objeto do contrato, pois o princípio que prevalece é o da supremacia do interesse público.
- IV. Cabe a alteração unilateral, quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica a seus objetivos.
- V. Cabe a alteração unilateral, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por essa Lei.

Está correto o que se afirma SOMENTE em:

- (A) I, II, III e V.
- (B) I, II e III.
- (C) II, IV e V.
- (D) IV e V.
- (E) II e IV.

**Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

56. Analise:

- I. Orientar iniciativas de coleta e divulgação dos trabalhos de desembargadores federais que já se afastaram definitivamente do Tribunal.
- II. Opinar em procedimento administrativo, quando consultado pelo Presidente do Tribunal.

Em conformidade com o Regimento Interno do TRF 1ª Região, essas incumbências são, respectivamente, das Comissões

- (A) Permanentes de Jurisprudência e de Regimento.
- (B) Permanentes de Acervo Jurídico e de Jurisprudência.
- (C) Permanentes de Acervo Jurídico e de Promoção.
- (D) Temporárias criadas pelo Plenário e de Promoção.
- (E) Temporárias de Jurisprudência e criadas pelo Presidente do Tribunal.

57. Dentre outras, NÃO é considerada competência do Conselho de Administração

- (A) atuar como instância recursal das decisões administrativas do Presidente, do Vice-Presidente e do Corregedor-Regional.
- (B) julgar e decidir no sentido da aplicação de pena de perda do cargo do juiz federal de primeira instância da 1ª Região.
- (C) aprovar e alterar as propostas de criação ou extinção de cargos e fixação de vencimentos a serem encaminhados ao Poder Legislativo.
- (D) deliberar sobre a organização de serviços administrativos da Justiça Federal de primeiro grau da 1ª Região, inclusive quanto a horário de funcionamento.
- (E) impor, aos servidores da Justiça Federal de primeiro grau da 1ª Região, penas disciplinares de cassação de aposentadoria e de disponibilidade.

58. No que se refere aos Gabinetes dos desembargadores federais, é certo que

- (A) no caso de afastamento definitivo do desembargador federal, o chefe da assessoria não mais poderá, em qualquer hipótese, permanecer no exercício dessas funções.
- (B) os assessores do desembargador federal, com nível universitário e especialização em áreas específicas, serão indicados pelo Corregedor-Regional para fins de nomeação.
- (C) ao chefe da assessoria do desembargador federal cabe, dentre outras atribuições, a de fazer pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência.
- (D) as secretarias dos gabinetes terão seus trabalhos supervisionados pelo chefe da assessoria do desembargador federal.
- (E) ao chefe de gabinete, nomeado em comissão cabe, dentre outras funções, a de coordenar as atividades da assessoria do gabinete.

59. Em relação à Secretaria do Tribunal considere:

- I. Não cabe ao diretor-geral comparecer às sessões administrativas do Plenário, por ser atribuição privativa do Corregedor-Regional.
- II. Incumbe ao diretor-geral da Secretaria, dentre outras atribuições, impor pena disciplinar de advertência e de suspensão até trinta dias aos servidores do Tribunal.
- III. O diretor-geral será substituído, em suas férias ou impedimentos, pelo vice diretor-geral designado pela Corte Especial Administrativa.
- IV. Cabe ao diretor-geral da Secretaria comparecer às sessões administrativas, dentre outras, do Conselho de Administração, salvo dispensa do presidente.

Nesses casos, são corretos SOMENTE o que se afirma em:

- (A) II e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

60. Ocorrendo infração à lei penal na sede ou nas dependências do Tribunal, envolvendo autoridade, ou pessoa sujeita à jurisdição do Presidente, deverá ser instaurado inquérito pelo

- (A) Vice-Presidente, ou, no seu impedimento, pelo desembargador federal mais antigo, vedada a delegação dessa atribuição.
- (B) Corregedor-Regional, não sendo possível a delegação dessa atribuição por tratar-se de atribuição exclusiva.
- (C) Ministério Público Federal, por um dos procuradores regionais da República, privativamente, face a titularidade da ação penal.
- (D) Procurador-Geral da República, exclusivamente, não sendo possível a delegação a qualquer procurador regional da República.
- (E) referido Presidente, que poderá delegar essa atribuição a outro desembargador federal.



REDAÇÃO

Atenção: Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

Para os destinos de uma sociedade, é indiferente conceber a máquina como um engenho a serviço do homem, ou o homem como um apêndice da máquina?

Redija uma dissertação em que você, apresentando argumentos claros e consistentes, defenda seu ponto de vista sobre a questão acima proposta.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	